

Relações Internacionais e Direitos Humanos

2017-1

60 horas

Prof. João Roriz

joao.roriz@gmail.com (sala BS 18, FCS)

Aulas: quintas-feiras, das 14:00 às 17:40

Local: sala 108 Centro de Aulas "C", Campus Samambaia

Horário de atendimento: (*agendar previamente por email*)



OBJETIVOS

O objetivo central do curso é debater o estudo de direitos humanos em relações internacionais. O curso foi estruturado a partir de duas pretensões gerais: (i) incitar debates críticos sobre o tema a partir literatura da área, e (ii) capacitar o corpo discente na linguagem e no vocabulário dos direitos humanos nos estudos de relações internacionais. São os objetivos específicos: analisar os conceitos básicos, as histórias e as instituições de direitos humanos nas relações internacionais; usar debates e estudos de casos contemporâneos sobre o assunto em apreço; e, discutir as implicações e os limites dessa agenda na disciplina de RI.

AVALIAÇÕES

As atividades obrigatórias são:

- (i) Participação individual em sala de aula, na forma de interação oral no decorrer do semestre. Considera-se também a presença em sala de aula. (10% da nota final).
- (ii) Apresentação dos textos. Apresentações de texto individuais (número a depender da quantidade de discentes). As apresentações devem durar no mínimo 15 e no máximo 20 minutos, sempre no início da aula. Os critérios de avaliação são: concisão, pontualidade, clareza e conteúdo (30% da nota final).
- (iii) Artigo. Redação de um artigo científico utilizando parte da bibliografia do curso. Os critérios de avaliação são: conteúdo, escrita e utilização da bibliografia do curso. O artigo deve ter entre 15 e 25 páginas sem contar a bibliografia. Especificações: Times New Roman, 12, espaçamento 1,5 (60% da nota final).

PROGRAMA

Unidade 1. Introdução

As primeiras aulas são uma introdução à formação epistemológica da disciplina de Relações Internacionais. São apresentadas as principais propostas teóricas, assim como as agendas políticas que as sustentaram. Daremos destaque às vertentes realistas, liberais, construtivistas, assim como as pós-positivistas, como os pós-estruturalismos, as críticas e pós-coloniais.

Bibliografia:

BUZAN, B.; LITTLE, R. Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to do About it. *Millennium: Journal of International Studies*, 2001, v. 30, n. 1, p. 19-39.

BROWN, C.; AINLEY. *Compreender as Relações Internacionais*. Trad. Ana Sampaio, Lisboa: Gradiva, 2012.

SMITH, S. The self-image of a discipline: a genealogy of international relations theory. In: BOOTH, K.; SMITH, S. (ed.). *International Relations Theory Today*. Pennsylvania: The Penn State University, 1995.

BURCHILL, S.; LINKLATER, A.; DEVETAK, R.; DONNELLY, J.; PATERSON, M.; REUS-SMIT, C.; TRUE, J.. *Theories of International Relations*. 3ª ed., Nova York: Cambridge University Press, 2005.

REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D.. *The Oxford Handbook of International Relations*. Nova York: Oxford University Press, 2010.

NEUMANN, I.; WÆVER, O. (eds.). *The Future of International Relations: Masters in the Making*. Londres/Nova York: Routledge, 1997.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 7ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Unidade 2. Entre narrativas e projetos políticos

Esta unidade trata sobre as possíveis narrativas históricas sobre direitos humanos. Há trabalhos recentes (e divergentes) que apontam para marcos distintos sobre sua genealogia. No entanto, ao invés de nos centrarmos com comparações historiográficas, privilegiaremos as distintas ênfases nos projetos políticos que acompanharam as discussões sobre direitos humanos em distintos momentos históricos.

Bibliografia:

- ANGHIE, A. Whose utopia? Human rights, development, and the Third World. *Qui Parle*, v. 22, n. 1, pp. 63-80, 2013.
- BRIER, R. Beyond the Quest for a “Breakthrough”: Reflections on the Recent Historiography on Human Rights. *European History Yearbook*, v. 16, 2015, p. 155-174.
- BURKE, Roland. *Decolonization and the Evolution of International Human Rights*. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 2010.
- IRIYE, A.; GOEDDE, P. *The human rights revolution: An international history*. Nova York: Oxford University Press, 2012.
- HUNT, L. *A invenção dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, Caps. 3 e 5.
- MOYN, S. Substance, scale, and salience: The recent historiography of human rights. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 8, pp. 123-140, 2012.
- MOYN, S. *The Last Utopia: Human Rights in History*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010, 1-10; 212-230.
- JENSEN, Steven L. B. *The Making of International Human Rights*. Cambridge University Press. 2016.
- KEYS, B. *Reclaiming American Virtue: The Human Rights Revolution of the 1970s*. Boston: Harvard University Press, 2014.

Unidade 3. Entre o entusiasmo e a desconfiança

O tema dos direitos humanos ganha mais espaço nos estudos de RI em meados da segunda metade do século XX, ainda que continue dividindo acadêmicos. De um lado, entusiastas saúdam um novo *ethos* universal (Henkin, 1965), outros analisam a justiça no plano internacional (Beitz, 1975) ou então lidam com os efeitos para a comunidade internacional (Ruggie, 1983). Do outro, tópicos tradicionais como política externa são analisados à luz do parâmetro normativo (Morgenthau, 1979; Hoffman, 1983), com um ceticismo que perdura nos anos 1990 (Brown, 1997; Krasner, 1999). No final dos anos 1980 e principalmente na década de 1990, monografias inteiras lhe são dedicadas (Vincent, 1986; Forsythe, 1991; Keck e Sikkink, 1998; Risse, Ropp e Sikkink, 1999; Dunne e Wheeler, 1999), e o assunto torna-se diverso, com numerosas e complexas perspectivas.

Bibliografia:

- BEITZ, Charles R. Justice and International Relations. *Philosophy & Public Affairs*, v. 4, n. 4, 1975, p. 360-389.
- BROWN, C. Universal human rights: A critique. *The International Journal of Human Rights*, v. 1, n. 2, 41-65, 1997.
- DONNELLY, Jack. International human rights: a regime analysis. *International Organization*, v. 40, 1986, p. 599-642.
- DUNNE, Tim; WHEELER, N. J. (eds.). *Human Rights in Global Politics*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.
- FORSYTHE, D. P. *The Internationalization of Human Rights*. Lexington: Lexington Books, 1991.
- HENKIN, L. The United Nations and Human Rights. *International Organization*, v. 19, 1965, p. 504-517.
- HOFFMANN, S. Reaching for the Most Difficult: Human Rights as a Foreign Policy Goal. *Daedalus*, v. 112, n. 4, 1983, p. 19-49.
- KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- KRASNER, Stephen. *Sovereignty: Organized Hypocrisy*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

MORAVCSIK, Andrew. Explaining International Human Rights Regimes: Liberal Theory and Western Europe. *European Journal of International Relations*, v. 1, p. 157-89, 1995.

MORGENTHAU, H. J. *Human Rights and Foreign Policy*. Nova York: Council on Religion and International Affairs, 1979.

RISSE, T.; ROPP, S.; SIKKINK, K. (eds). *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RUGGIE, John Gerard. Human Rights and the Future International Community. *Daedalus*, v. 112, n. 4, 1983, p. 93-110.

SIKKINK, Kathryn. Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in Latin America. *International Organization*, v. 47, p. 411-41, 1993.

VINCENT, R. J. *Human Rights and International Relations*. Nova York: Cambridge University Press, 1986.

Unidade 4. Comportamento de Estados e adoção de normas

Parte significativa dos estudos mais recentes investiga como e por que um governo incorpora normas que podem ser consideradas uma limitação à sua soberania. Algumas explicações passam pelos objetivos de política externa (Goodman, 2000; Heyns e Viljoen, 2001), pelos interesses das grandes potências (Brysk, 1994), pela natureza dos regimes políticos (Hafner-Burton, Tsutsui e Meyer, 2008) ou pelas especificidades de um tratado (Hathaway, 2007; Cole, 2005). Esta unidade trata dessa questão a partir de textos com perspectivas teóricas distintas.

Bibliografia:

BRYSK, Alison. *The Politics of Human Rights in Argentina: Protest, Change, and Democratization*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

COLE, Wade M. Sovereignty Relinquished? Explaining Commitment to the International Human Rights Covenants, 1966-1999. *American Sociological Review*, v. 70, pp. 472-495, 2005.

GOODMAN, Ryan. Human Rights Treaties, Invalid Reservations, and State Consent. *American Journal of International Law*, Vol. 96, pp. 531-560, 2000.

HAFNER-BURTON, Emily M.; KIYOTERU Tsutsui. Human Rights in a Globalizing World: The Paradox of Empty Promises. *American Journal of Sociology*, v. 110, pp. 1373-1411, 2005.

HATHAWAY, Oona. Do human rights treaties make a difference?. *Yale Law Journal*, pp. 1935-2042, 2002.

HATHAWAY, Oona. Why Do Countries Commit to Human Rights Treaties?. *Journal of Conflict Resolution*, v. 51, p. 588-621, 2007.

HEYNS, Christof; VILJOEN, Frans. The Impact of the United Nations Human Rights Treaties on the Domestic Level. *Human Rights Quarterly*, v. 23, p. 483-535, 2001.

MORAVCSIK, A. The Origins of Human Rights Regimes: Democratic Delegation in Postwar Europe. *International Organization*, v. 54, n. 2, p. 217-252.

NIELSEN, Richard A.; SIMMONS, Beth A. Rewards for Ratification: Payoffs for Participating in the International Human Rights Regime?. *International Studies Quarterly*, v. 59, p. 197-208, 2015.

RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change*. Nova York: CUP, 1999.

RISSE, T.; ROPP, S. C.; SIKKINK, K. *The persistent power of human rights*. 3ª reimp., Cambridge: CUP, 2014.

SIMMONS, B. A. *Mobilizing for Human Rights: International Law in Domestic Politics*. Nova York: CUP, 2009.

Unidade 5. Implementação e projeções

A última unidade trata de trabalhos recentes dedicados a aferir a implementação de normas nos planos domésticos (Cole, 2015; Wug e Wegmann, 2016; Vreeland, 2008; Hafner-Burton, 2008; Hillebrecht, 2014), assim como de propostas que questionam os impactos no sistema internacional de tais padrões normativos (Reus-Smit, 2011; Hopgood, 2013).

CARNEIRO, Cristiane Lucena; APOLINÁRIO JR, Laerte. Targeted Versus Conventional Economic Sanctions: What Is at Stake for Human Rights?. *International Interactions*, v. 42, n. 4, 2016, p. 565-589.

COLE, Wade M. Mind the Gap: State Capacity and the Implementation of Human Rights Treaties. *International Organization*, v. 69, 2015, p. 405-441.

GONZÁLEZ-OCANTOS, Ezequiel A. *Shifting Legal Visions: Judicial Change and Human Rights Trials in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2016.

HAFNER-BURTON, Emilie M. Sticks and Stones: Naming and Shaming the Human Rights Enforcement Problem. *International Organization*, 62, pp 689-716, 2008.

HILLEBRECHT, Courtney. *Domestic Politics and International Human Rights Tribunals: The Problem of Compliance*. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

HOPGOOD, Stephen. *The Endtimes of Human Rights*. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

HUG, Simon; WEGMANN, Simone. Complying with Human Rights. *International Interactions*, v. 42, n. 4, 2016, p. 590-615.

KIM, Dongwook. International Nongovernmental Organizations and the Global Diffusion of National Human Rights Institutions. *International Organization*, v. 67, 2013, p. 505-539.

REUS-SMIT, Christian. Struggles for Individual Rights and the Expansion of the International System. *International Organization*, n. 65, p. 207-242, 2011.

VOETEN, Erik. The Politics of International Judicial Appointments: Evidence from the European Court of Human Rights. *International Organization*, v. 61, 2007, p. 669-701.

VREELAND, James Raymond. Political Institutions and Human Rights: Why Dictatorships Enter into the United Nations Convention Against Torture. *International Organization* v. 62, 2008, p. 65-101.

Aula	Dia	Tema	Textos de discussão
Unidade 1.			
1	16/3	Apresentação e discussão do programa Introdução ao tema	Carr, 2001, cap. 1 Morgenthau, 2003, cap. 2
2	23/3	As primeiras propostas teóricas de relações internacionais	Brown e Ainley, 2012, cap. 2
3	30/3	Críticas ao racionalismo	Brown e Ainley, 2012, cap. 3
Unidade 2. Entre narrativas e projetos políticos			
4	6/4	As revoluções liberais do século XVIII	Hunt, 2009, cap. 1 e 3
5	13/4	As lutas anticoloniais	Burke, 2010, Introdução e cap. 1
6	18/4*	Um novo marco historiográfico?: a década de 1970	Moyn, 2010, Introdução e cap. 1
Unidade 3. Entre o entusiasmo e a desconfiança			
7	27/4	Direitos humanos como "regimes"	Donnelly, 1986
8	4/5	Sobre o universalismo	Brown, 1997
9	11/5	Direitos humanos como hipocrisia organizada?	Krasner, 1999, cap. 1 e 4
10	18/5	Ativistas em redes	Keck e Sikkink, 1998, cap. 1
Unidade 4. Comportamento de Estados e adoção de normas			
11	25/5	A delegação democrática e o <i>lock-in</i>	Moravcsik, 2000
12	1/6	Uma (re)leitura racional	Simmons, 2009, cap. 3
13	8/6	O poder persuasivo e o modelo espiral	Risse e Ropp, 2014
Unidade 5. Implementação e projeções			
14	13/6*	A questão da eficácia	Hafner-Burton, 2008
15	6/7	Política doméstica e tribunais	Hillebrecht, 2014
16	13/7	Rumo a um "novo mundo vestfaliano" ou à "expansão da sociedade internacional"?	Hopgood, 2013, cap. 8 Reus-Smit, 2011